

## A Envolvente da Morte no contexto das Crises de Mortalidade em Lisboa (2.<sup>a</sup> Metade do Séc. XVI – inícios do Séc. XVII)

Delminda Maria Miguéns Rijo

Técnica Superior de História na Câmara Municipal de Lisboa

**Resumo:** A abordagem à História de Lisboa a partir do estudo de documentação eclesiástica e administrativa produzida nos séculos XVI e XVII conduziram-nos o olhar para a narrativa da morte. Um olhar duplo.

O primeiro enfoque enquanto fenómeno integrado no quotidiano, com incidência na preparação para o Além, a definição do local, as últimas disposições e os agentes envolvidos – campo sagrado, testamentos e confrarias e práticas funerárias. A passagem do lugar da sepultura, que da esfera do templo sacramentado passou para as necrópoles públicas.

O segundo enfoque incide na mortalidade, sobretudo a extraordinária, objeto de uma análise exploratória diferencial por freguesias num cenário onde a deflagração periódica de epidemias era sempre causa de grande transtorno, desde o alarme social à arrebatada elevação do número de óbitos. Diferenciamos as epidemias que ficaram conhecidas como a *Peste Grande* de 1569 e a *Peste Pequena* de 1598, ambas integradas em crises de mortalidade de maior amplitude cronológica.

**Palavras-chave:** Lisboa / Idade Moderna / Registos Paroquiais de Óbito / Pestes / Práticas Funerárias

**Abstract:** Examining the History of the city of Lisbon through the study of the 16th-18th centuries parish death records reveals a very interesting narrative of death. This narrative can be considered by a double perspective.

On one hand, it can be seen as part of the everyday life connected to the preparation for afterlife, the definition of “local”, the last wills of people and the social actors involved - the cemetery, the testaments, the confraternities -, and the funerary practices with a particular focus on the transformation of the sepulture from being part of the sacred temple to the public necropolis.

On the other hand, I will study the extraordinary mortality in a comparative perspective and by a differential and explorative analysis of the data preserved in the urban parishes, which were inserted in a context where periodic epidemic outbreaks always caused great disorders, social alarm and an enraptured rise in the number of deads. To achieve these objectives, I will focus on the analysis of the Great Plague of 1569 and the Little Plague of 1698, both occurring during mortality crises of greater chronological amplitude.

**KeyWords:** Lisbon / Early Modern Age / Death Parish Records / Plagues / Funeral Practices

**Resumo:** El abordaje a la historia de Lisboa a partir del estudio de la documentación eclesiástica y administrativa producida en los siglos XVI y XVII llevará nuestra mirada a una narrativa de la muerte. Una doble mirada

El primer enfoque consistirá en ver la muerte como un fenómeno integrado en lo cotidiano, con una incidencia en la preparación de la vida ultraterrena, la definición de lo local, las últimas disposiciones Y los agentes que forman parte de ella - campo sagrado, testamentos y cofradías y prácticas funerarias. El pasaje del lugar de La sepultura, que desde la esfera del templo sagrado

se convitió en una necrópoli pública. El segundo enfoque estará basado en la mortalidad, sobre todo los casos extraordinarios, objeto de un análisis exploratorio diferencial hecho por parroquias en un contexto en donde la deflagración periódica de epidemias era siempre la causa de grandes turbulencias, desde la alarma social hasta el elevadísimo número de muertos. Vamos a distinguir entre las epidemias que serán conocidas como Peste Grande de 1568 y Pesta Pequeña de 1598, ambas integradas en crisis de mortalidad de mayor extensión cronológica.

**Palabras-Clave:** Lisboa / Edad Moderna / Registros Parroquiales de Óbitos/ Pestes / Prácticas funerarias

**Resumé:** Aborder l'histoire de Lisbonne à partir de l'étude de la documentation ecclésiastique et administrative produite dans les siècles XVIème et XVIIème va nos conduire à une narrative de la mort avec un double regard. Le premier envisage la mort comme phénomène intégré dans le quotidien, ayant une influence en la préparation du soi pour l'au-delà et comprenant la définition des choses terribles, les dernières dispositions et les agents impliqués le domaine du sacré, les testaments, les confréries y les pratiques funéraires. Encore, il contemple le passage du lieu de sépulture de la sphère du temple sacré dans une nécropole publique. Le deuxième regard se focalisera sur la mortalité, surtout sur des cas extraordinaires, objet d'une analyse exploratoire différentielle conduite pour paroisses, dans un contexte où la déflagration périodique des épidémies était toujours à la base de grands bouleversements en causant une vraie alarme sociale à cause du très grand nombre des morts. On va donc discuter sur des épidémies bien connues, comme la Grande Peste de 1569 e la Petite Peste de 1598, les deux faisant partie de crises de mortalité d'une majeure amplitude chronologique.

**Mots-clés:** Lisbonne / Age Moderne / Registre paroissial des morts / Pestes / Pratiques funéraires

## Introdução

O que era morrer para o homem de Lisboa do período moderno? Como encarava e preparava a sua passagem para o Além? As grandes epidemias que atravessaram a Modernidade afetaram os conceitos de ser, viver? A fragilidade humana abalava os conceitos de crença, decência, tradição?

Não perdendo de vista estas questões o presente estudo, que assenta na análise bibliográfica e em fontes históricas primárias da Idade Moderna – os registos paroquiais de óbito de diversas freguesias produzidos na segunda metade do século XVI e inícios do século XVII e as Visitações do arcebispado da primeira metade do século XVII, complementado por legislação régia e camarária, divide-se em duas partes. Numa primeira abordagem perscrutamos de que modo o Homem moderno se posicionava perante a morte, se preparava para o Além e que rituais funerários mais o aquietavam. Afloramos

também a evolução de conceitos e a adaptação de representações em matérias como a prática da inumação, território sagrado e campo funerário, quer seja no interior do templo, no adro da igreja, no cemitério dos pobres, ou no poço e vala dos ímpios e dos padecentes.

A segunda parte da nossa abordagem tem como objetivo identificar e compreender qual a expressão nos Registos Paroquiais de óbito, de alguns dos surtos epidémicos de final de quinhentos, integrados em crises de mortalidade mais extensas, e se estes refletem, de facto, algum impacto no quotidiano da população<sup>248</sup>. Não foi nosso propósito mapear as grandes crises de mortalidade que assolaram a cidade neste período<sup>249</sup>, mas captar episódios que nos permitam avaliar a dimensão do impacto social e mental em assentos de diversas igrejas de Lisboa<sup>250</sup>, particularmente a *Peste Grande* de 1569 e a *Peste Pequena* de 1599.

Fig. I – Vista de Lisboa, Georgio Braunio, c. 1599 – Freguesias que em 1569 tiveram surtos assinalados nos R.P.

### Entre a Normal e a Extraordinária, Apontamentos sobre a Morte em Lisboa (séculos XVI-XVII)



<sup>248</sup> Ocorrências nas freguesias mais antigas de Lisboa, nos bairros do Castelo, Alfama, Rossio, zona Ribeirinha e Bairro Alto.

<sup>249</sup> Trabalho fundamental desenvolvido por Teresa Rodrigues em *Crises de Mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990).

<sup>250</sup> Uma referência também para as crises episódicas ocorridas em certos bairros da cidade, de tipo misto, que surgiram em períodos de crises cerealíferas com elevação de preços e que coincidiram com surtos de escarlatina ou varíola, por exemplo, resultando num elevado número de mortes em grupos etários e sociais mais frágeis.

“O defunto da orta da condessa que foi trazido á igreja esteve uma noite inteira e que no outro dia de manhã a testemunha o foi enterrar no adro a mando do prior, sem padre, nem cruz, nem solenidade nenhuma do ofício da sepultura, nem viu se foi encomendado”.<sup>251</sup>

Este episódio e outros similares ocorridos no ano de 1628 numa pequena freguesia de Lisboa, S. Miguel de Alfama, embaraçaram de tal modo a comunidade que foi uma das principais denúncias da Visitação<sup>252</sup> desse ano. O caso acontecera há três semanas. O defunto chamava-se Luís Fernandes, era criado e homem pobre, tendo falecido numa horta da condessa da Castanheira. Os padres da igreja não o foram encomendar, nem trazer à sepultura por ser pobre. Valeram-lhe dois vizinhos, Sebastião Gonçalves e Manuel Simões, que o trouxeram à igreja, sem cruz, sem mais solenidade e deixaram o corpo na igreja. Não sabia outra testemunha se o enterraram os padres, pois “só o coveiro Francisco Gonçalves o poderá dizer”.<sup>253</sup>

Fig. II - Representação da morte, pormenor de uma iluminura do chamado Livro de Horas de D. Manuel, c. 1524 (?), MNAA

Apesar da familiaridade das sociedades de Antigo Regime com a morte, caracterizadas por elevadas taxas de mortalidade, a atitude dos padres da igreja de S. Miguel contrariava o mais simbólico da representação de “bem morrer”. Desde logo pelas au-



sências – de velório, de cortejo fúnebre e de enterro solene. Apesar de o defunto ter

<sup>251</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), *Visitação de 1628*, ms. 342, fl. 80. Testemunho de Francisco Gonçalves, morador em N. Sra. do Paraíso.

<sup>252</sup> Através da Visitação que o Bispo fazia anualmente à sua circunscrição, a comunidade era inspecionada no seu comportamento moral e quanto ao cumprimento dos preceitos da religião.

<sup>253</sup> AHPL, *Visitação de 1628*, ms. 342, fl. 43 v.

sido sepultado em solo sagrado e de os que lhe eram mais próximos lhe tentarem assegurar uma boa passagem para o Além.

Estamos em pleno período moderno, quando para a eficácia da transição era imprescindível a participação do clero: na celebração do ofício dos mortos e da missa de corpo presente<sup>254</sup> e em todas as garantias espirituais para o Além, ente rituais de absolvição e orações.<sup>255</sup>

Retomemos o clero da freguesia de S. Miguel, que sendo um mau exemplo, não deixou de ser a exceção numa sociedade profundamente católica. Não cumpriram as *Constituições do Arcebispado* ao fazerem exigências pecuniárias para a realização de atos devotos e solenes e ainda foram acusados de relaxados na administração dos sacramentos da confissão e da extrema-unção. Uma testemunha relatou ao Visitador que indo chamar o “padre prior para sacramentar um seu criado que estava a morrer”,<sup>256</sup> o prior mandou-o chamar o cura. A testemunha assim fez, mas o cura remeteu-o para o prior ou para o tesoureiro, desculpando-se com os limites geográficos da sua paróquia. Não era incomum a resistência dos padres no cumprimento deste dever “uma noite às 11 para as 12 horas foi chamar o prior para ir dar o santíssimo à mulher de Manuel Álvares e batendo á porta lhe respondeu o prior que não eram horas para ir fora o Senhor [Santíssimo Sacramento]. Mas bateu-lhe tanto na porta e o ameaçou que faria queixa até que saiu e foi sacramentar a doente”.<sup>257</sup>

A posição oficial da igreja era de grande rigor e o ideal seria que a morte acesse na presença de um sacerdote e com a administração dos últimos sacramentos. Chegada a hora, o padre deslocava-se para junto do moribundo e ouvia a confissão a fim de lhe perdoar os pecados e administrava a extrema-unção obedecendo a um ritual: com uma vela acesa na mão, símbolo da luz purificadora, o agonizante recebia o viático e, finalmente, a extrema-unção<sup>258</sup>.

A vigilância da comunidade era fundamental nesta passagem, não só a família, os amigos e a vizinhança, mas também associações de apoio mútuo como as confrarias e

---

<sup>254</sup> Philippe Ariès, *História da Morte no Ocidente* (Lisboa: Teorema, 2011).

<sup>255</sup> Thiago Rodrigues Tavares, *Um ritual de passagem, o processo histórico de “bem morrer”*, Diss. de fim de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010), 230 (disponível in <http://www.ufjf.br/graduacaocienciasociais/files/2010/11/%C2%B4%C2%B4Um-ritual-de-passage%C2%B4%C2%B4-Thiago-Tavares.pdf>, consultado em 12-06-2017).

<sup>256</sup> AHPL, *Visitação de 1628*, ms. 342, fl. 52.

<sup>257</sup> AHPL, *Visitação de 1628*, ms. 342, fl. 79 v.

<sup>258</sup> Thales de Azevedo, *Ciclos da Vida. Ritos e Ritmos*, (S. Paulo: Editora Ática, 1987), 61.

as irmandades, que sob a jurisdição da igreja passaram a assistir às cerimónias fúnebres dos seus confrades, dando maior esplendor ao culto ao morto.

A ideia de uma boa morte e o planeamento do processo pós-morte eram uma inquietação quotidiana de todos. Esta podia chegar a qualquer momento e a “visão de um purgatório torturante e penas eternas levava a que se vivesse constantemente com os olhos postos no Além”.<sup>259</sup>

O processo, segundo as orientações tridentinas, devia ser fruto da ação pastoral dos clérigos junto dos fiéis, por via do ensino e de aconselhamento, nomeadamente fomentar a delegação de “bens de alma” como um bom contributo para a salvação da alma.

Para os mais prevenidos e com algo de seu, o testamento cumpria uma função imprescindível para a sua tranquilidade, pois acautelava as questões da alma e as questões da linhagem. Discriminavam por escrito as últimas vontades e as formas de as executarem: os rituais da passagem, a cerimónia, a mortalha ou o hábito que vestiriam, o local de enterramento e o destino da alma, que seria enlevada por missas, orações, ações de caridade, doação de bens e regularização de situações pendentes.

O cumprimento das últimas vontades ficava ao cuidado dos vivos, sob o controle da igreja, a responsável pelo cuidado espiritual e, por outro lado, missas e ofícios significavam rendimentos para o celebrante e para a igreja<sup>260</sup>.

Este esquema enquadra uma situação de mortalidade normal, inserida numa sociedade marcada por elevadas taxas de mortalidade. Na verdade, a presença quase constante de crises de mortalidade até ao séc. XVIII confronta o indivíduo desde o berço com a necessidade de preparar a morte e a salvação da alma.<sup>261</sup>

### **O Espaço Sagrado da Sepultura - do Interior do Templo ao Cemitério**

---

<sup>259</sup> Paula Sofia Costa Fernandes, “Legados de Missas: Salvar a Alma protegendo Parentes Capelães” in *Família, Espaço e Património*, coord. Carlota Santos (CITCEM: Universidade do Porto, 2011), 175.

<sup>260</sup> Inês Martins de Faria, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*. (Universidade do Minho, ICS, NEPS, Guimarães, 1998), 149.

<sup>261</sup> Maria Cláudia Amorim de Bastos Monteiro “Mortalidade e religiosidade: um estudo de caso” in *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães Do Absolutismo ao Liberalismo, 26 a 28 outubro de 2008*, (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. IV, 2009), 411-423.

O cemitério traduz a prática cristã de destinar aos que morreram um espaço sagrado para último descanso, dedicado ao culto dos mortos e para fruição dos vivos. Remete-nos para o costume do cristianismo primitivo de edificar igrejas junto aos templos dos mártires e, a partir do séc. IV, usado para enterramento dos seus mortos.<sup>262</sup>

O sepultamento era da competência eclesiástica e devia ocorrer em solo sagrado, no interior da igreja, no adro, em conventos, ou em campos sacramentados em períodos de elevada mortalidade.

A insalubridade e efeitos nocivos na saúde pública das emanações das sepulturas no interior das igrejas, cujo espaço reduzido recebia elevada quantidade de mortos foram desde cedo relativamente às medidas liberais, alvo de atenção, mesmo por parte de eclesiásticos. Numa Visitação do bispo à Sé de Lisboa, o padre capelão Bernardo Borges defendia que era “muito necessário fazer-se um livro em que estivessem numeradas as sepulturas e números na mesma sepultura para se saberem as pessoas que nelas se enterram e o tempo, porque da dita falta resultam enterramentos muito prejudiciais como são muitas vezes sepulturas em que estão os corpos por gastar e o que dá escândalo e ser em prejuízo da saúde”.<sup>263</sup>

Desde o séc. XVI que a confraria da Misericórdia de Lisboa colaborava na gestão da morte na cidade e conduzia nos seus esquifes os mortos pobres, indigentes, escravos, condenados à morte ou supliciados para um dos seus cemitérios. O campo funerário serviria também para os padecentes<sup>264</sup> pois uma das competências da Confraria da Misericórdia era a de assistir aos condenados e enterrá-los em solo sagrado. Tinha o privilégio de tirar os justicados da forca e levar as suas ossadas ao cemitério, em procissão solene, no dia de Todos os Santos.<sup>265</sup>

Era também tradição enterrar ou lançar os corpos de não cristãos em poços largos ou valas, que eram cobertos com cal. Foi o caso do poço dos negros, fundado em Lisboa, em 1515, por decreto de D. Manuel I, mas que não terá perdurado por muito tempo.

---

<sup>262</sup> Fernando Catroga, *O Céu da Memória, Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos 1756-1911* (Coimbra: Minerva História, 1999), 70.

<sup>263</sup> AHPL, *Visitação de Lisboa 1651*, ms. 20, fl. 12.

<sup>264</sup> Victor Ribeiro, “Algumas notícias documentaes de Arte e Archeologia relativas á Misericórdia e à sua egreja de S. Roque”, in *Archivo Historico Portuguez*, dir. Anselmo Braancamp Freire e José Maria da Silva Pessanha (Lisboa: Typ. Calçada do Cabra, vol. V, 1907), 138-148.

<sup>265</sup> *Ibidem*. Carta régia de 2 de novembro de 1498. O cemitério da Graça era junto do local onde se faziam as execuções. Santa Bárbara foi um dos locais onde a forca esteve em permanência, embora existissem também noutros locais.

Estabelecidos junto ao perímetro urbano, em local arejado e pouco habitado, os cemitérios de Sant'Ana e o da Graça possuíam grandes valas comuns e foram instalados em terrenos consagrados para esse efeito. O primeiro, também conhecido como *cemitério dos pobres do Hospital ou da Santa Casa* foi fundado em terrenos da colina da Pena sagrados para adro em 1566. Fundado em terrenos exteriores à muralha fernandina, o cemitério da Graça serviu pela Peste Grande de 1569, que transformou o campo de Santa Barbara ou da Forca, num extenso coval.<sup>266</sup>

A sua criação começou por ser uma medida de saúde pública motivada pelas frequentes epidemias que assolavam Lisboa. Dada a escassez de espaço nas igrejas e adros e o perigo da inumação das vítimas da pestilência tão próximo dos vivos, a cidade começou por fundar cemitérios provisórios para enterramento dos pestosos.<sup>267</sup>

A contestação da prática de enterramento nas igrejas tornou-se notória a partir do século XVIII, sobretudo por médicos e intelectuais. Em Lisboa, a ainda mais crua exposição da morte evidenciada pelo grande terramoto de 1755 incentivou a produção de textos por médicos e estudiosos como José Alvarez da Silva em 1756 ou pelo médico Ribeiro Sanches que no “Tratado de Conservação da Saúde dos Povos” frisava bem “os danos que causa à Saúde enterrar nos Templos” aconselhando a construção de mais cemitérios.<sup>268</sup>

No séc. XIX houve uma verdadeira propaganda a favor dos cemitérios datando de 18 de junho de 1833 uma portaria que proibia os enterramentos nas igrejas e claustros dos conventos.<sup>269</sup> A proibição absoluta de enterramento no interior das igrejas não impedia a utilização de espaços consagrados, nomeadamente cemitérios antigos em adros de igrejas e excecionalmente em casos de eclosão de epidemias, nas cercas de

---

<sup>266</sup> *Idem*, 142, nota 3.

<sup>267</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, tomo 1, 1882), 470, nota. O rei D. Manuel em 1506, determinara o mesmo para os campos junto a Santa Maria do Paraíso, e outro a Nossa Senhora do Monte. O rei D. João III ordenava em 11 de abril de 1523, o estabelecimento de dois cemitérios, “um na herdade que está fora do postigo de são Vicente, sobre Santa Maria do Paraíso, e outro na que está sobre São Roque”.

<sup>268</sup> Vítor Manuel Lopes Dias, *Cemitérios, Jazigos e Sepulturas*, (Coimbra: Depositária "Coimbra Editora", 1963). Os éditos franceses de 1763 e de 1765 incentivaram também Luís de Vasconcelos e Sousa, Provedor Mor de Saúde, a propor em 1770, com argumentos higienistas, a criação de um cemitério público em Lisboa e fora de qualquer igreja. Pina Manique em 1787, convidou os médicos Tamagnini e Manuel Luís Álvares de Carvalho a escolherem terrenos apropriados para a construção de novos cemitérios em Lisboa confirmado pelo decreto 5 de abril de 1796. Autorizava a compra de dois espaços, um em Campo de Ourique e outro na Penha de França.

<sup>269</sup> Teófilo Ferreira, *Os Cemitérios em Lisboa. Parecer apresentado à Câmara Municipal de Lisboa*, (Lisboa: Typographia Portuguesa, 1880).

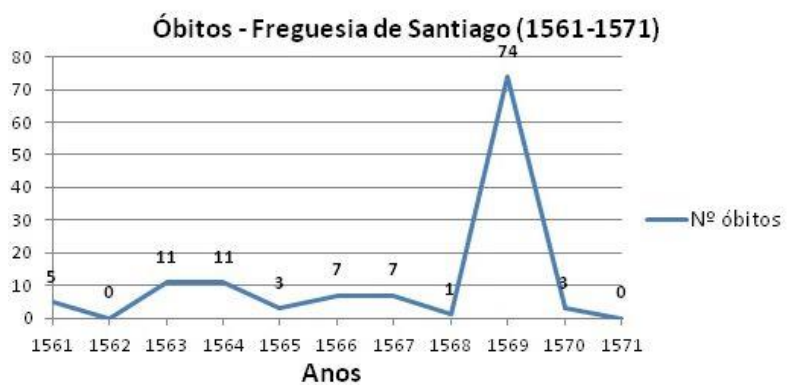


conventos.<sup>270</sup> Entre outras medidas, as novas necrópoles públicas de Lisboa foram implantadas numa quinta do Alto do Varejão e outra nas Terras dos Almeirões que já em 1590 servira para cemitério de pestosos.<sup>271</sup> Foram os dois grandes cemitérios do liberalismo - os Prazeres e o Alto de S. João.

### Apontamentos sobre a *Peste Grande* de 1569 e a *Peste Pequena* de 1599 no Contexto das Grandes Crises de Mortalidade em Lisboa

Pela observação ampliada ao movimento dos óbitos em diversas freguesias estudadas no âmbito do projeto de Reconstituição Paroquial de Lisboa até 1755<sup>272</sup>, facilmente identificamos as crises de mortalidade típicas do Antigo Regime demográfico,<sup>273</sup> expressas na alteração brusca no volume de óbitos. Tomando como exemplo a crise de 1569, que segundo a tipologia de Pierre Goubert é considerada de “catastrófica”, bastando para ser classificada de crise que o número de óbitos anual ultrapasse o dobro da média dos anos normais.<sup>274</sup> Podemos observar esses dados no gráfico I, representativo dos óbitos da freguesia de Santiago, em Lisboa, no intervalo cronológico entre 1561 e 1571.

FONTE: Registos Paroquiais de Óbitos, Santiago, 1569



<sup>270</sup> Fernando Catroga, *O Céu da Memória, Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos 1756-1911*, (Coimbra: Liv. Minerva Editora, 1999) 70.

<sup>271</sup> *Ibidem*, 50.

<sup>272</sup> O Projeto de *Reconstituição de Paróquias de Lisboa até 1755* visa integrar numa base de dados toda a informação paroquial de batizados, casamentos e óbitos constante nos Registos Paroquiais de Lisboa. O processo consiste no cruzamento nominal em encadeamento genealógico dos dados e assim reconstituir a população de Lisboa entre os séculos XVI e XVIII.

<sup>273</sup> Tema amplamente estudado por Teresa Rodrigues em *Crises de Mortalidade em Lisboa séculos XVI e XVII* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990).

<sup>274</sup> Pierre Goubert, “Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730: contribution à l’Histoire sociale de la France au XVII siècle”, (1960) in *Calvão Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)*, dir. José Alfredo Paulo Faustino (Chaves: Câmara Municipal de Chaves - Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 1998), 203.

A elevação excecional da mortalidade estava muito associada à inconstância das condições económicas<sup>275</sup> e de crises alimentares, associadas a precárias condições higiénicas e à incapacidade da medicina perante a doença, apesar da existência de estruturas de assistência hospitalar e outras concebidas de emergência, como as Casas de Saúde. Cenário agravado pela condição de cidade portuária e entreposto comercial mundial e como tal muito exposta ao exterior, o que potenciava que qualquer foco ocasional se transformasse em crise epidémica de graves consequências. Teresa Rodrigues, seguindo a tipologia proposta por J. Dupâquier conclui que as crises de mortalidade que assolaram Lisboa são de tipo misto, isto é, são as que em maus anos agrícolas ou dificuldades de abastecimento da cidade se aliavam a surtos de origem epidémica e eram essas "as que imprimiram verdadeiras punções nos efetivos populacionais".<sup>276</sup>

Autores como Vicente Pérez Moreda, Lorenzo Del Panta e Livi Bacci consideram essas crises "o elemento regulador por excelência" da demografia de Antigo Regime.<sup>277</sup> Ao contrário de Dupâquier que não rejeita a importância das crises de mortalidade, atribuindo-lhe um papel indireto, que apenas estimulava o dinamismo da população, apresentando a substituição dos agregados domésticos através da nupcialidade.<sup>278</sup>

Essa é a principal premissa neste tema. De facto, os registos paroquiais comprovam que a sociedade reagia e procurava adaptar-se às circunstâncias e expressam práticas pouco invulgares – se por um lado se tornou comum casar na eminência da morte, por outro, em tempos conturbados, foi também comum evitar a condição de viuvez.

Na vaga de surtos que assolaram Lisboa no final do séc. XVI constatamos que ainda que encurralados pelo mal, e assomando a morte, casava-se em casa, acertando contas antes de chegar junto do Criador. Foi o procedimento de Gaspar Ferreira que casou no dia 27 de janeiro de 1599, estando de cama "*por estar doente de pestes*". Foi recebido mediante autorização do provisor dos casamentos acabando por falecer no dia seguinte. No dia 20 de Fevereiro do mesmo ano, também Antónia Lopes casou em casa, com licença do senhor provisor "*por estar ferida de peste*".<sup>279</sup>

Os sobreviventes rapidamente se recompunham, sendo frequentes os segundos matrimónios. Afonso de Castro, viúvo de Beatriz Gomes falecida "*desta peste passada*", contraiu segundas núpcias em janeiro de 1600; Maria Preta Antunes, viúva, cujo marido

---

<sup>275</sup> *Ibidem*, 201.

<sup>276</sup> Teresa Rodrigues, *Crises de Mortalidade em Lisboa séculos XVI e XVII*, 169.

<sup>277</sup> José Alfredo Paulo Faustino, *Calvão, uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)*, 201.

<sup>278</sup> *Ibidem*, cit. Jacques Dupâquier, *Pour la démographie historique*, (Paris: Presses universitaires de France, 1984) 48-50.

<sup>279</sup> Arquivo Distrital de Lisboa (ADL), *Registos Paroquiais* (RP), Sé, 20 de fevereiro de 1599.

“faleceu do mal” nesta freguesia da Sé, casou em setembro de 1600; Ana Gonçalves, viúva de Adão Gonçalves, falecido em abril “da peste passada de 1599”. Também Jerónimo Ferreira, viúvo de Antónia Fernandes, falecida “de peste passada”<sup>280</sup> contraíram o segundo matrimónio na Igreja da Sé de Lisboa, em Dezembro de 1600.

Há séculos que as pestes eram um fenómeno frequente e temido pelas comunidades urbanas, diferenciando-se algumas pelo seu carácter especialmente letal. Para sua proteção, as populações recorriam ao que podiam e acreditavam, para além da fuga e isolamento, tomavam medidas de cariz espiritual, o grande refúgio na eminência da morte, do pânico do fim do mundo e do castigo divino multiplicando-se promessas, os flagelantes e as procissões dedicadas aos santos protetores da peste como S. Sebastião ou S. Roque.<sup>281</sup>

Os poderes procuravam implementar medidas de emergência capazes de enfrentar as epidemias com legislação, reunindo médicos e físicos e instalando casas de isolamento e tratamento com recurso ao conhecimento disponível, de que é exemplo O *Regimento proueytoso contra ha pestenença*, da autoria de Joahannes Jacobi e no qual expõe os conhecimentos e ideias médicas dominantes sobre as epidemias daquele tempo.<sup>282</sup> Era também conhecido o *Libro de pestilencia curativo y preservativo: y de fiebres pestilenciales, com la cura de todos los accidentes dellas y d'las otras fiebres...* compuseto por el insigne y muy afamado Doctor Luys Lobera de Avila, que integra observações sobre as crises ou reoadas da peste levantina que devastou Lisboa entre 1580 e 1603.<sup>283</sup> As crises de maior virulência e mortandade em Lisboa foram as pestes bubónica e a pulmonar e o tifo exantemático ou tabardilho, que também provocou devastadores surtos epidémicos, sobretudo em períodos de guerra ou penúria alimentar.

---

<sup>280</sup> ADL, RP de Casamento, freguesia da Sé, 5 de dezembro de 1600.

<sup>281</sup> Delminda Rijo, *Lisboa, Tempos Fortes* (Lisboa: CML, 2012), 32.

<sup>282</sup> Elege duas principais entre as várias formas clínicas de apresentação das pestes humanas, pela frequência e letalidade: a bubónica e a pulmonar. Na grande peste de 1569 e outras epidemias do séc. XVII, os quadros septicémicos e quase fulminantes eram os mais frequentes.

<sup>283</sup> Xavier Cunha, *Reoadas de Peste bubónica em Lisboa nos séculos XVI e XVII*, (Lisboa: Typ. de A. de Mendonça & Duarte, 1899), 13-14.

Dados recolhidos em MORAIS, J. A. David de Tifo *epidémico em Portugal: um contributo para o seu conhecimento histórico e epidemiológico*.

Quadro I Surto de Tifo Epidémico Em Lisboa	
ano	Localização
1496	Todo o País
1505-7	Todo o País
1527-29	Lisboa
1795	Lisboa
1810-13	Todo o País
1832	Lisboa
1847-49	Lisboa
1882-83	Lisboa

Estas pestilências eram provocadas por ectoparasitas, sendo as pulgas e os pio-lhos os principais transmissores. No caso da peste bubónica, os bacilos espalhavam-se por via linfática até aos gânglios, provocando os bubões, ou íngua da peste. Incubava entre seis e doze dias acompanhado de astenia, cefaleias, náuseas, vômitos, vertigens, apatia ou agitação e dores. Sem tratamento eficiente, os pestosos bubónicos faleciam por toxemia ao fim de cinco a dez dias.

A peste pulmonar, cujos sinais eram febre e tosse com expectoração nem sempre hemoptoica<sup>284</sup> era extremamente contagiosa, disseminando-se sobretudo por via aérea e tinha um período de incubação de um a dois dias e cursava entre dois a três dias, com um prognóstico quase sempre fatal.

A epidemia de peste bubónica conhecida como *Peste Grande* fez as primeiras vítimas na capital em Junho de 1569 “[...] a cidade de Lisboa gozava tempos benignos e salutíferos [...] foi o Senhor servido de a visitar com um rigorosíssimo castigo de peste”.<sup>285</sup> Confirma o cronista que a epidemia durou todo o ano de 1569 “*Houve dois termos na cura. Foy o primeiro curarse cada enfermo em sua casa, como se fazia nas*

<sup>284</sup> Foi responsável pelo desaparecimento de agregados populacionais inteiros. Em conventos, tomaram-se medidas de rigoroso isolamento, como o emparedamento hermético durante o surto - cónegos de S. Vítor, em Marselha, e na colegiada de S. Pedro de Coimbra.

<sup>285</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos* (Lisboa: Na oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, tomo III, 1678), cap. IX, 406.

*outras doenças. E este foy causa de se passar ao segundo. Porem, como nam havia resguardo e estavam de mistura sãos e enfermos, ateou-se o fogo de maneira que parou em um incendio universal [...]. Foi necessário despejar-se a cidade dos doentes e da roupa impedida.”<sup>286</sup>*

Ao confirmarem-se os primeiros sinais, o rei D. Sebastião e a corte permaneceram em Sintra daí partindo em itinerância por localidades mais pequenas e seguras.<sup>287</sup> Entre as medidas que tomou, assegurou o governo da cidade com a nomeação de três governadores,<sup>288</sup> atribuiu a soma de mil cruzados diários para o tratamento dos doentes e determinou outras medidas assistenciais a órfãos e viúvas. A fim de combater o flagelo contratou médicos castelhanos e portugueses e mandou instalar numa quinta fora da cidade a Casa de Saúde. Apetrechou-a de médicos, cirurgiões e barbeiros e de todo o género de mezinhas, com grande número de camas ficando no seu governo “um cidadão caridoso e sábio por superintendente”.<sup>289</sup>

As primeiras medidas régias datam de 21 de junho ordenando D. Sebastião à Câmara de Lisboa a implementação de medidas de combate à peste. Fora detetada em Oeiras e atingia já outras localidades próximas, nomeadamente Sintra, onde o rei se encontrava.<sup>290</sup>

Duas semanas mais tarde, a 12 de julho, nova ordem à Câmara para que, em articulação com o governador, com o capitão-mor da cidade e com o vedor da fazenda do rei determinassem quais as medidas a implementar para solucionar os problemas de saúde e as questões relacionadas com o abastecimento de géneros.<sup>291</sup> A 16 de julho, o rei pedia um relatório com as medidas tomadas no combate à peste e novamente as questões de abastecimento de mantimentos na capital.<sup>292</sup> Três dias depois, uma carta da rainha D. Catarina, concedia à Câmara, a título de empréstimo, 1000 cruzados para a implementação de medidas de combate à peste.<sup>293</sup>

---

<sup>286</sup> *Ibidem*.

<sup>287</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), 157.

<sup>288</sup> *Ibidem*, 57. Diogo Lopes de Sousa, governador da casa do cível, encarregue da administração da justiça; D. Martinho Pereira, vedor da Fazenda. Encarregue dos assuntos de saúde pública e da pobreza e D. João de Mascarenhas, capitão-mor, para se ocupar da defesa da cidade.

<sup>289</sup> Bernardino António Gomes, “Apontamentos para a história epidemiológica portuguesa. Épocas de grandes epidemias”, *Gazeta Médica de Lisboa*, (t. 6, 1857), 81-85.

<sup>290</sup> Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (AML-AH), *Provimto da Saúde*, IV. 1, f. 158-159 v.

<sup>291</sup> *Ibidem*, f. 162-163v.

<sup>292</sup> *Idem*, f. 164 -164v.

<sup>293</sup> *Idem*, f. 165 -166v.

No dia 7 de agosto, o rei reclama informações regulares sobre a evolução da peste na cidade.<sup>294</sup> No dia 12 reforça a importância de os oficiais residirem em Lisboa, incluindo vereadores e procuradores dos mesteres, instando-os a solucionar os problemas de escassez de géneros na cidade.<sup>295</sup> No dia 30 sugere a transferência temporária de doentes de peste para o exterior da cidade, ficando esta liberta da doença. Esta medida deveria ser acompanhada de criação de novas enfermarias extramuros.<sup>296</sup>

A cidade era diariamente percorrida por homens com esquifes que levavam os mortos para os campos da peste e os doentes para a Casa de Saúde. O tratamento consistia sobretudo em sangrias no processo evolutivo da doença, acompanhadas de purgantes, ventosas e mezinhas diversas, sobretudo de origem vegetal.

Relata Frei Luís de Sousa, cronista da Ordem de S. Domingos, que “entrando o tempo de calmas, tinha crescido tanto a contagem que no mês de agosto de 1569 houve dia de seiscentos mortos”.<sup>297</sup> Experimentou-se a maior força do contágio nos meses de julho, agosto e setembro. Outros cronistas contemporâneos registaram uma média diária de 500 mortes e totais que oscilaram entre as quarenta<sup>298</sup> e as oitenta mil vítimas, segundo frei Cláudio da Conceição.<sup>299</sup>

Sucediam-se as procissões solenes, a para pedir misericórdia a Deus. Começaram por abrir e expor todas as relíquias existentes na cidade, incluindo o corpo de S. Vicente, na Sé. A primeira procissão realizou-se a 14 de Agosto de 1569, organizada pelos frades de S. Francisco; no dia 15 outra procissão solene de S. Domingos, no Rossio, para a Sé. Aí foi depositado, na capela-mor, o crucifixo que levavam virado para o povo, que em pranto e grande clamor “que parecia que rompia os céus” pediam a Deus para aplacar a sua ira. Nesse mês saíram mais duas procissões em Lisboa.<sup>300</sup> Mas cedo se percebeu o perigo que as procissões representavam para a saúde pública, misturando-se doentes com pessoas sãs. Foram suspensas, mas ultrapassado o pico da mortalidade, em setembro, ainda que os ares se tenham mantido “corruptos” por muito tempo, realizou-se uma procissão a 18 de setembro e outra a 8 de novembro de 1569,

---

<sup>294</sup> *Idem*, f. 169-170v.

<sup>295</sup> *Idem*, f. 171-172 v.

<sup>296</sup> AML-AH, f. 175-176v.

<sup>297</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, cap. IX, 407.

<sup>298</sup> José Ribeiro Guimarães, *Summario de Varia Historia* (Lisboa: Rolland &, tomo II, 1873).

<sup>299</sup> Frei Cláudio da Conceição *Gabinete Histórico*, (Lisboa: Imprensa Régia, tomo II, 1818), 292.

<sup>300</sup> Anabela Silva de Deus Godinho, *Lisboa Pré-Pombalina: a Freguesia da Sé, Demografia e Sociedade (1563-1755)* (Diss. Doutorado, Universidade de Lisboa - ISCTE, 2010), 230 (disponível in <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2830> consultada em 16-06-2016).

havendo já claros sinais de extinção do mal. As portas da cidade fecharam-se, permanecendo abertas apenas as necessárias, sob grande vigilância de guardas para impedirem a entrada de pessoas doentes.

Na primavera de 1570, a 20 de abril, festejou-se o livramento da peste dando-se graças a Deus na primeira Procissão de N. Sra. da Saúde, só se voltando a abrir as portas da cidade a 28 de julho.

Os registos paroquiais de cinco das quarenta freguesias de Lisboa dão-nos um manancial de informações sobre a *Peste Grande*. De facto, comprovam que os meses de verão foram os de maior mortandade (Quadro II), sendo necessário sagrar todo o tipo de terrenos, monturos, olivais e praias até ao Campo da Forca para enterrar os mortos nas suas sepulturas,<sup>301</sup> abrindo covas grandes onde se lançavam trinta a quarenta cadáveres. Qualquer espaço servia, Simão, escravo de Fernando Vale foi enterado no pico da epidemia, a 19 de agosto de 1569, num quintal da freguesia de Santiago.<sup>302</sup>

Quando faltaram homens saudáveis para enterrar tantos mortos, soltaram-se os criminosos das galés comutando-lhes as penas de prisão e degredo, pelo serviço de recolherem e enterrarem os mortos.<sup>303</sup> Outros colaboravam na separação das pessoas doentes das saudáveis, e separavam e queimavam o fato<sup>304</sup> dos pestosos purificando as casas.

O primeiro registo que anuncia a peste na freguesia de Santo Estevão, em Alfama relata que “começam as alembanças dos defuntos que nesta igreja de santo estevão começaram a falecer nos onze dias do mês de julho de 1569”.<sup>305</sup> Houve claramente sub registo de mortos, pois apenas foram inscritos 15 óbitos até aos primeiros dias de agosto, terminando o registo no livro pouco depois, devido ao seu elevado número e falecimento do padre. Começaram por ser sepultados no interior da igreja de Santo Estêvão e logo, por falta de espaço, em valas abertas no adro da igreja paroquial e na capela de N. Sra. do Paraíso, fora das muralhas.

Na freguesia do Lumiar, então no termo de Lisboa, o primeiro registo de óbito por peste é do dia 28 de dezembro de 1568. Após esta data e até 2 de outubro de 1569, 44

---

<sup>301</sup> António Borges Coelho, *Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista* (Lisboa: Editorial Caminho, 2006), cit. Pero Roiz Soares, *Memorial*, (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955), 64.

<sup>302</sup> ADL, RP, Óbitos da freguesia de Santiago, 19 de agosto de 1569.

<sup>303</sup> António Borges Coelho, *Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista*, 64.

<sup>304</sup> Bens, roupas, mobiliário.

<sup>305</sup> ADL, RP, Mistos, 11 de julho de 1569.

óbitos estão referenciados como causados pela peste. Aproveitaram-se para a inumação dos cadáveres todos os cantos disponíveis no interior da igreja de N. Sra. da Luz, nas capelas de Santa Brígida e de S. Valentim e no adro da paróquia. Apesar da desorganização social e com a população mais reduzida, o pároco ainda manteve alguns traços de normalidade ao processar no livro o registo do sacramento como a indicação de condição social, deixando bem expressa a importância do morto pela localização da sepultura, que variava entre o púlpito, a pia batismal, o cepo, a pia de água benta, junto a todas as portas e junto às grades.

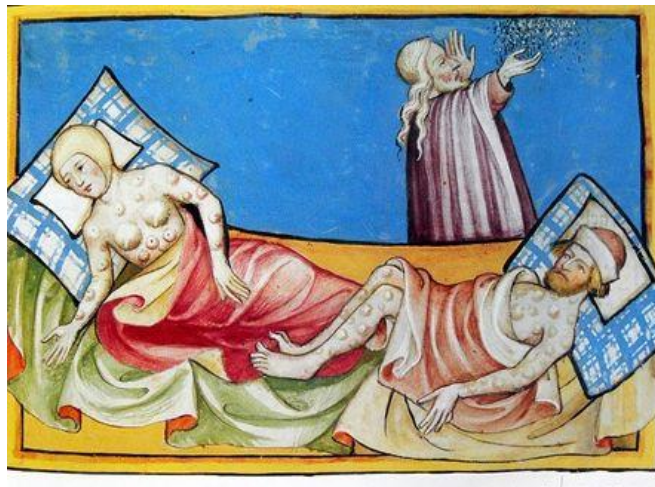
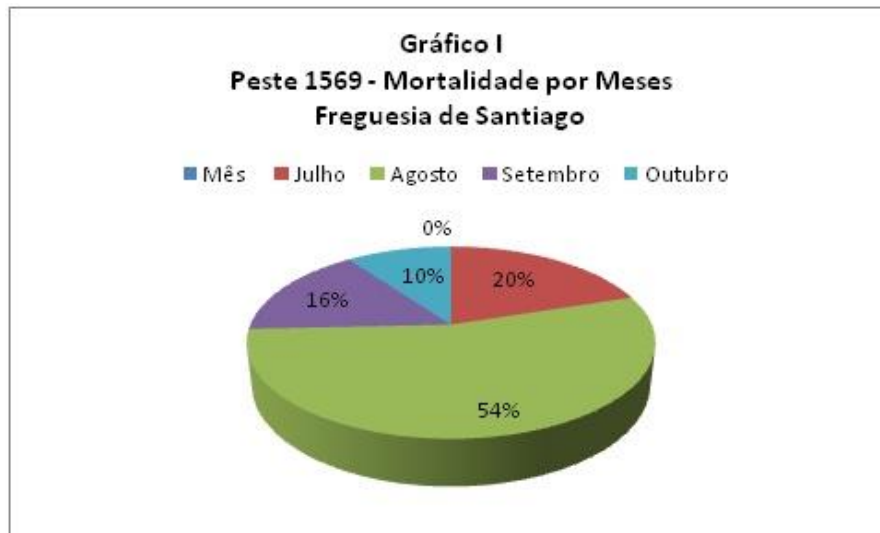


Fig. III – Miniatura da Bíblia de Toggenburg, c. 1411: doentes de peste negra

Quanto mais elevada era a densidade urbanística e populacional, mais graves eram as consequências da mortalidade. O livro dos óbitos da pequena freguesia de Santiago, no centro da cidade, tem o registo de 77 mortos devido à epidemia da peste de 1569. O primeiro óbito do ano, sem causa registada, ocorreu a 3 de fevereiro, não havendo mais nenhuma ocorrência até 14 de julho. A partir dessa data elevou-se o número das mortes, que atingiram o pico no mês de agosto. A maioria remete-nos para indivíduos socialmente mais expostos como criados, negros e mulatos alguns deles escravos, alguns clérigos, operários anónimos e crianças - no dia 28 de agosto foram registados os óbitos de três meninos, filhos de Duarte Cardoso.<sup>306</sup>

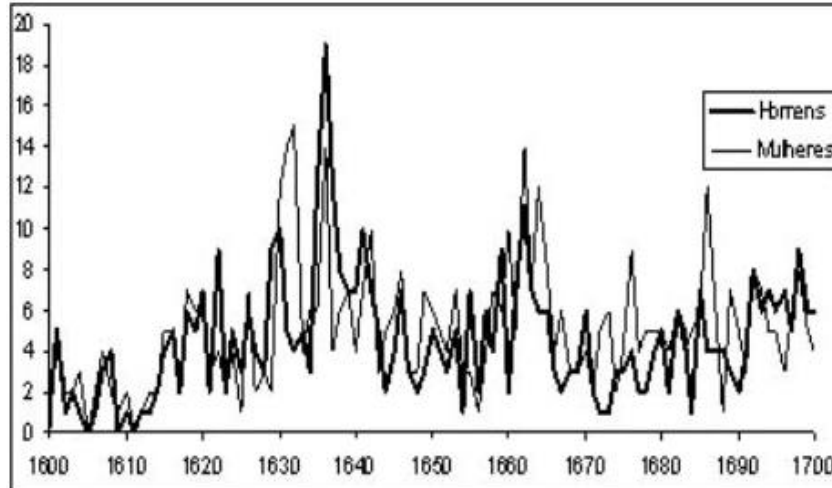
<sup>306</sup> ADL, RP óbito, Santiago, 28 de agosto de 1569.





FONTE: Registos Paroquiais de Óbitos, Santiago, 1569

O interior da igreja de Santiago comportou a maioria dos mortos, vinte foram enterrados no adro e os restantes nas vizinhas igrejas de S. Bartolomeu e S. Brás, em quintais e no cemitério de N. Sra. da Graça.



FONTE: Registos de óbito Santiago 1600-1700

Ao compararmos o número de óbitos provocados por esta crise, 77, com os dados da variável ao longo do séc. XVII, com um total de 972 óbitos, percebemos melhor a sua gravidade e o impacto no efetivo populacional.

Os números da mortalidade na freguesia do Castelo, vizinha da anterior, são também muito esclarecedores, disparando de uma média abaixo da dezena de ocorrências anuais, para muito acima da centena e meia em 1569, com o pico entre agosto e setembro.

Década	Nº de óbitos/ano
1560	5
1561	7
1562	9
1563	9
1564	6
1565	9
1566	12
1567	4
1568	4
1569	169
1570	9

FONTE: RP Santiago, Óbitos

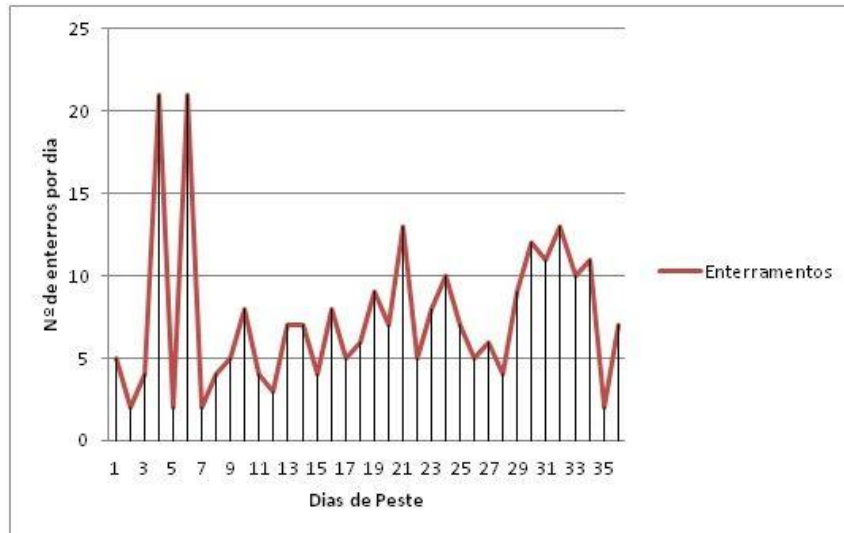
Também aqui houve maior incidência de vítimas em dois grupos: o grupo das crianças e adolescentes e o grupo composto por escravos e criados, os únicos grupos que para além do género e do estado, o pároco diferenciava. Entre os locais de enterramento identificados são mencionados vários templos: a igreja paroquial e o seu adro, igrejas vizinhas, como a de S. Lourenço, os mosteiros do Salvador e, ainda no início da epidemia, os de S. Francisco, o de N. Sra. da Graça e as igrejas de S. Nicolau e a de N. Sra. da Conceição.

Na freguesia de S. Vicente de Fora, o pároco Leonardo Luís manteve atualizado o registo dos óbitos durante 35 dias, entre 1 de agosto e 5 de setembro.

“Somam os defuntos que nesta freguesia morreram de peste o ano de 1569, afora os que se não assentaram neste livro, que em tempo de tanto trabalho provavelmente se não assentaram e fora os que morreriam na Casa de Saúde e outros que ausentados da freguesia podiam morrer em outras partes e os que morreram em 12 de agosto que aqui não estão assentados e os mais dias que a dita peste durou,

somam ao todo duzentos e dezanove e provavelmente serão os mais que digo sobrado destes 219.” Dom José 3<sup>o</sup>.<sup>307</sup>

Em todos os assentos de óbito apontou não só o nome, como também a condição social, o estado, idade, existência de testamento e testamenteiro.



Há larga referência, embora menos sistematizada, a epidemias de menor gravidade, mas por vezes com quadros de elevada mortalidade. A informação qualitativa constante nos livros de registo ilustra também algumas dinâmicas locais e procedimentos adotados em tempos de crise.

A que ficou conhecida como a *Peste Pequena* consiste num surto pestífero que deflagrou em 1598 e se estendeu em certos locais, em rebates, até fevereiro de 1602. Surgiu também num contexto internacional como a de 1569 e englobou toda a península e alguns dos principais portos europeus.<sup>308</sup> Chegou a Lisboa através de rota marítima, outro poderoso meio de transporte da calamidade. Não obstante as medidas tomadas cerca de um século antes. Julgando-se fundamental o controlo dos portos para a segurança de Lisboa, desde 1492 que existiam dispositivos de controlo de entrada por via fluvial. Em 1514 a torre de Belém já dispunha de um quadro de oficiais composto por um provedor, um escrivão, um meirinho e dois guardas que balizavam a entrada de

<sup>307</sup> ADL, RP óbito, S. Vicente de Fora, 6 de setembro de 1569.

<sup>308</sup> Teresa Rodrigues, *Crises de Mortalidade em Lisboa séculos XVI e XVII*, 117.

navios, triangulada pelo castelo de Porto Brandão e mais tarde, em 1575 pela torre de S. Sebastião da Caparica.<sup>309</sup>

Valeram também à cidade as experiências anteriores, nomeadamente a capacidade de resposta e o reconhecimento da importância do isolamento das pessoas infectadas, não atingindo assim proporções mais graves.

Segundo Frei Luís de Sousa em dez meses, entre 25 de outubro de 1598 e 8 de setembro de 1599, entraram na Casa de Saúde 20.227 feridos de peste, saindo curados 13.861, falecendo 6.366, isto é 31,47% dos enfermos.<sup>310</sup>

Escrevia o pároco da freguesia da Sé, o padre Jorge Perdigão, que “aos 12 dias do mês de dezembro se apregoou pela cidade de Lisboa que se ajuntassem em casa do doutor Henrique da Silva, vereador da Câmara, todos os barbeiros, cirurgiões, físicos, para os doentes da peste se curarem em suas casas”. Entre 1600 e 1601 o número de mortes registadas na paróquia foi ainda superior à média, apontando ainda alguns assentos dos falecidos nesses anos a peste como causa de morte. Foi o caso da mulher de Heitor Mendes que faleceu “*deste mal*” a 29 de novembro de 1600 e de Catarina da Costa, mulher casada que faleceu “*de peste*”, a 28 de Abril de 1601.<sup>311</sup>

Na freguesia da Pena, para a qual dispomos de registo sistematizado de óbitos apenas a partir de 1588, também encontramos em referência à peste de 1598-99 a celebração do batizado de uma criança nascida na Casa de Saúde, cuja mãe acabara por falecer.<sup>312</sup>

O subregisto de óbitos expressa bem a desorganização que estas epidemias causavam, procurando a sociedade, assim que estava ultrapassado o pico da crise, recompor-se e retomar a normalidade. A igreja procurava atualizar os seus registos tanto quanto possível, nomeadamente o assento posterior de óbitos foi um procedimento comum, sobretudo por razões ligadas a heranças ou a confirmação de viuvez.

---

<sup>309</sup> Teresa Rodrigues, Rita Andersen e Vera Ortigão Ramos, *Para o estudo das pestes e epidemias na Lisboa quinhentista*, (Ferreira do Zêzere: Centro de Estudos Históricos e Etnológicos, 1986), 112.

<sup>310</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, 501.

<sup>311</sup> Anabela Silva de Deus Godinho, *Lisboa Pré-Pombalina: a Freguesia da Sé, Demografia e Sociedade (1563-1755)*, (Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa - ISCTE, 2007), 240 (disponível in <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2830> consultada em 16-06-2016).

<sup>312</sup> A mãe falecera a 4 de janeiro de 1599. A criança foi batizada a 5 de agosto de 1600. A Casa de Saúde que foi instalada na Peste Grande de 1569 localizava-se numa quinta, num local alto e arejado e dispunha de apoio sanitário e religioso dos frades das ordens dos eremitas de Santo Agostinho.

Assim procedeu o pároco de N. Sra. da Pena ao inscrever o óbito de uma criada que falecera do “mal da peste na quaresma de 99” e que “isto me constou por Garcia Correia que disse a amortalhara e por António Dias seu marido que disse estava lembrado.” Falecera em casa do seu vizinho e amo da defunta. Justificou ainda que não fizera assento no dia em que faleceu, porque fora enterrada na sua ausência”.<sup>313</sup>

Por vezes, surge uma referência coletiva “faleceram as leitoas impedidas de peste e Vicente Gomes seu irmão no mês de janeiro. Foram enterrados no adro da cidade por estarem impedidos [contaminados]”.<sup>314</sup>

A freguesia de Santa Engrácia, também com ausência de registos para a epidemia de 1569 contem exemplos de outras crises expressando neste caso a necessidade de atestado de viuvez “Luís da Silva, cordoeiro, disse conhecer Luísa Gonçalves por mulher viúva, viu morrer o seu marido Jorge Gonçalves o qual ele viu enterrar no tempo da peste pequena no Adro de N<sup>a</sup> Sra. Paraíso e sabe desde então até agora morou sempre na freguesia e sabe não ser casada com outra alguma pessoa”.<sup>315</sup> Outros moradores da freguesia confirmam junto do pároco a sua condição.

### Considerações Finais

Tratámos um tema pautado pela vastidão das fontes históricas diretas e indiretas e pela qualidade dos estudos já realizados e por essa razão optámos por uma abordagem seletiva e de análise exploratória dos Registos Paroquiais de Óbito de algumas freguesias de Lisboa. A vertente qualitativa dos mesmos fundamentou sobretudo as questões ritualísticas da liturgia da morte, com recurso pontual à informação quantitativa, mas não se objetivando demonstrações estatísticas quando à tipologia das crises mencionadas.

Ainda uma nota final para o período seguinte. A partir da segunda metade do século XVII, as revoadas de peste foram atenuando e a cidade foi menos afetada por estes habituais devastadores da população. As que ocorreram deveram-se, sobretudo, a crises alimentares integradas em ciclos de maus anos agrícolas, subida de preços e fome, numa conjuntura que aumentava a vulnerabilidade dos organismos às doenças e consequentemente, elevava o número de óbitos. De facto, seguindo o estudo já citado de Teresa Rodrigues, os surtos epidémicos identificados como provocados pela tifo em

---

<sup>313</sup> ADL, RP N. Sra. da Pena Óbitos. Após 15 de março de 1599.

<sup>314</sup> *Ibidem*, de 31 de dezembro de 1600.

<sup>315</sup> *Idem*, RP Santa Engrácia Óbitos, 19 de novembro de 1589.

1692, 1694-95 e 1698-99 foram coincidentes com dificuldades de aprovisionamento alimentar em Lisboa e desenvolveram-se num cenário de más condições urbanísticas e sanitárias, muito potenciado pelos milhares de residentes e população flutuante que diariamente percorria a cidade.